



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 220

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	13201
SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL.....	13241
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	13242
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	13289
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	13322
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	13323
EDITAIS E AVISOS.....	13325

Supremo Tribunal Federal

Presidência

EXPEDIENTE DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 1990

ÍNDICE DE ADVOGADOS

ACACIO CORREA FILHO	1 0136016-6/040
ADEMAR AVELINO DE QUEIROZ SOBRINHO	1 0130597-5/210
ADILSON LUIZ COLLUCCI	1 0135924-2/040
AFFONSO ALIPIO PERNET DE AGUIAR	1 0130572-0/210
AGUIALDO MEZAVILLA	1 0130763-3/210
ALDYR ALMEIDA GONCALVES	1 0130572-0/210
ALIZETE MAUNART	1 0136011-9/040
ALTAYR VENZON	1 0135934-0/040
ANA LUCIA ALVARES DEIRO	1 0135883-1/040
ANA MARIA JOSE SILVA DE ALENCAR	1 0130539-8/210
ANA MARIA MOTITERNO PENA	1 0130582-7/210
ANA MARIA RIBAS MAGNO	1 0135962-5/040
ANANIAS DIAS DA SILVA	1 0136017-8/040
ANDREA CARDOSO MULLER	1 0130580-1/210
ANTONIO CARLOS DA PONTE	1 0135951-0/040
ANTONIO CARLOS FILIPPE	1 0135868-8/040
ANTONIO CARLOS MARCONDES MACHADO	1 0130520-7/210
ANTONIO DOS SANTOS NUNES	1 0135974-9/040
APIANNA DE NICOLAI PETROVSKY	1 0130545-7/210
BERNARDO PROCOPIO DOS SANTOS	1 0130637-8/210
BORIS NICOLAEVSKI	1 0000456-6/170
CÉSIO SANDÓVAL PEIXOTO	1 0130518-5/210
1 0130519-3/210	
CLEMENTE AUGUSTO GOMES	1 0135941-2/040
DANTÉ L. JUNG	1 0135977-3/040
DARIO OLIVEIRA ROXO	1 0130588-6/210
DAVID BUNGENSTAR	1 0130638-6/210
DELBERTO SANITA	1 0130525-8/210
DIRCEU AGUIAR	1 0130517-7/210
DJALMA DA SILVEIRA ALLEGRO	1 0130508-8/210
EDVAL VIEIRA DE OLIVEIRA	1 0136007-1/040
1 0136012-7/040	
ELIEZE MOURA PRASIL TEIXEIRA	1 0130595-9/210
ELY SOUTO DOS SANTOS	1 0000062-9/320
EMILIO ALFREDO RIGAMONTI	1 0130605-0/210
ESBER CHAODÃO	1 0130544-4/210
1 0130550-9/210	
1 0130554-14/210	
EVERARDO CAVALCANTI GUERRA	1 0136001-1/040
FABIANO DE CRISTO CABRAL RODRIGUES	1 0021244-6/160
FERNANDO ANTONIO PRAZERES	1 0130593-2/210
FERNANDO JOSE PAES DE BARROS GONCALVES	1 0136017-8/040
FRANCISCO DE ASSIS DE FREITAS CAVALCANTE	1 0130337-9/210

FRANCISCO NERIS PEREIRA	1 0136006-2/040
FRANCISCO SALES VELHO BOEIRA	1 0130402-2/210
GERMÃO SANDRES DIAS	1 0136009-7/040
GILGERTO PEREIRA GOMES	1 0130667-0/210
HÉLIO RICARDO CERQUEIRA CERVI	1 0130521-5/210
HÉLIO CALLADO DE OLIVEIRA	1 0130271-2/210
HELIO CAMPISTA GOMES	1 0130580-1/210
HENRIQUE LEMANSKI	1 0130570-3/210
HENRIQUE LUIZ MARQUES HERANE	1 0135950-1/040
HORTENCIA MARTINEZ SOARES	1 0130564-9/210
IRANDI SANTOS DA SILVA	1 0136004-6/040
JAIME FLORENTINO DOS SANTOS	1 0130602-5/210
JANICE TELMA MOREIRA GURJAD	1 0130334-4/210
1 0130336-1/210	
JAQUELINE CENGIA RIBAS	1 0130152-0/210
JARI VARGAS	1 0135941-2/040
JESSE CLAUDIO FONTES DE ALENCAR	1 0135956-1/040
JOSE ALBERTO COUTO MACIEL	1 0130206-2/210
JOSE EDUARDO PATRICIO LIMA	1 0130626-2/210
JOSE EDUARDO SOARES LOBATO	1 0130576-2/210
JOSE EUGENIO FERREIRA PRADO	1 0130509-6/210
JOSE EUSTAQUIO GONCALVES LIMA	1 0135963-3/040
JOSE HILARIO DE OLIVEIRA BRANDAO	1 0130643-2/210
JOSE LOPES PEREIRA	1 0130524-0/210
1 0130611-4/210	
JOSE LUCIO GLOMB	1 0130636-0/210
JOSE LUIZ PROVENZANO DA LUZ	1 0135868-8/040
JOSE MACHADO DE OLIVEIRA	1 0130634-3/210
JOSE MARIA MARQUES	1 0136010-1/040
JOSE YUNES	1 0000289-4/400
JOSIEL BARROS DE ANDRADE	1 0136005-4/040
KIMIO ISHII	1 0130503-7/210
LEILA INGLER RAMON DAIDONE	1 0130529-1/210
LELIO MORAES ALVES JUNIOR	1 0130628-9/210
LENTIRA BANDEIRA DE MELLO	1 0130492-8/210
1 0130624-6/210	
LEOBERTO BAGGIO CAON	1 0130625-4/210
1 0130567-3/210	
LUCIANA TRUDA BOAZ	1 0000063-7/320
LUCIANO ARARIPE TORRES	1 0135974-9/040
LUCILEA DE BRITO PEREIRA ZULIAN	1 0135964-1/040
LUIZ ALBERTO ROSSI	1 0130539-9/210
LUIZ ANTONIO CARVALHO HALEMBECK	1 0130515-1/210
LUIZ OLAVO BAPTISTA	1 0004463-3/240
LUIZ ORLANDO MARINHO GURGEL	1 0135964-1/040
LUIZ OTAVIO RODRIGUES COELHO	1 0130616-5/210
LUIZ PAULO FERREIRA	1 0135962-5/040
LUIZ SERGIO GUBERT	1 0130171-6/210
MANOEL DA ROCHA MIRANDA FILHO	1 0135951-0/040
MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA	1 0136001-1/040
1 0136002-0/040	
1 0136006-2/040	
1 0136007-1/040	
1 0136009-7/040	
1 0130153-9/210	
1 0130503-7/210	
1 0136004-6/040	
1 0136007-1/040	
1 0136009-7/040	
1 0130171-6/210	
1 0130508-8/210	
1 0130516-9/210	
1 0130519-3/210	
1 0130521-5/210	
1 0130529-1/210	
1 0130542-8/210	
1 0130591-6/210	
1 0130606-8/210	
1 0130612-2/210	
1 0130624-6/210	
1 0130626-2/210	
1 0130634-3/210	
1 0130645-9/210	
MARCIO WELLINGTON ALVES PEREIRA	1 0135963-3/040
MARCO ANTONIO OLIVA	1 0130606-8/210
MARCO POLO SILVA DE CAMPOS	1 0136002-0/040
MARILU HAUER DE OLIVEIRA BRITO	1 0130538-0/210
1 0130543-6/210	
MARIO FERNANDO MATTOS FERREIRA	1 0130592-4/210
MAURICIO PALMEIRA	1 0130600-9/210
MAYR GODOY	1 0135950-1/040
MOUNIR ISSA NEHME	1 0130601-7/210
NILZA MORRIN	1 0136000-3/040
NINO OLIVEIRA TOLDO	1 0130198-8/210
OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS	1 0130556-8/210
OSVALDO DA SILVA	1 0135947-1/040
PAULO MOSER	1 0136016-0/040
PAULO WAINBERG	1 0135977-3/040
PEDRO GERALDO DE SOUZA COHN	1 0135956-1/040

RAIMUNDO DIAS VIANA 1 0135883-1/040
 ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA 1 0130206-2/210
 ROBERTO ROSAS 1 0004463-3/240
 ROBERTO SILVIO DOS SANTOS 1 0136010-1/040
 RODRIGO CAMARGO NEVES DE LUCA 1 0130612-2/210
 ROSA MARIA LUBRANO PAES 1 0130564-9/210
 RUY PRADO DE FRANCISCHI 1 0130610-6/210
 SOLANGE GARCIA REIS FREIRE 1 0135924-2/040
 STÉLIO CELSO COELHO RODRIGUES 1 0136008-9/040
 SUELI ATAIDE 1 0130153-8/210
 1 0130591-6/210
 SUELI RIBEIRO STOLZ DE PAULA ATAIDE 1 0130541-0/210
 SYLMAR GASTON SCHWAB 1 0130627-1/210
 TEREZA DE JESUS MARTINHO 1 0130604-1/210
 VANDERLEI BATISTA DOS SANTOS 1 0130198-8/210
 1 0130582-7/210
 VICTORIA N. SCHWARTSMAN 1 0130576-2/210
 WALTER CLAUDIO PIRES MARTINS 1 0136000-3/040
 WANDERLEI MEREB CALIXTO 1 0130191-1/210
 ZILDA ANGELA RAMOS COSTA 1 0130516-9/210

DISTRIBUIÇÃO

TRIGESIMA QUARTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA,
 REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 1990, PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO
 NERI DA SILVEIRA (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM
 DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE
 DADOS:

AG 0135868-8/040 RS
 RELATOR : MIN. CELIO BORJA
 AGTE : BANCO BRADESCO DE INVESTIMENTO S/A
 ADV. : JOSE LUIZ PROVENZANO DA LUZ E OUTROS
 AGDO : ORGANIZACAO CAERKI LTDA
 ADV. : ANTONIO CARLOS FILIPPE

AG 0135883-1/040 BA
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
 AGTE : ESTADO DA BAHIA
 ADV. : RAIMUNDO DIAS VIANA E OUTROS
 AGDO : LAURO CLAUDINO CHAVES DE AZEVEDO E OUTRO
 ADV. : ANA LUCIA ALVARES DEIRO

AG 0135924-2/040 SP
 RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
 AGTE : S.A. DE VINHOS E BEBIDAS CALDAS
 ADV. : ADILSON LUIZ COLLUCCI E OUTROS
 AGDO : ESTADO DE SAO PAULO
 ADV. : SOLANGE GARCIA REIS FREIRE E OUTROS

AG 0135934-0/040 DF
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
 AGTE : JOSE FERNANDO DE MOURA
 ADV. : ALTAYRO VENZON
 AGDO : MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
 DISTRIBUIDO POR PREVENCAO

AG 0135941-2/040 AM
 RELATOR : MIN. ALDIR PASSARINHO
 AGTE : GERALDO SALLES CHA E OUTROS
 ADV. : CLEMENTE AUGUSTO GOMES
 AGDO : ESTADO DO AMAZONAS
 ADV. : JARI VARGAS E OUTROS

AG 0135947-1/040 DF
 RELATOR : MIN. ALDIR PASSARINHO
 AGTE : TARCISIO ALBERTO GIBOSKI E OUTROS
 ADV. : OSVALDO DA SILVA
 AGDO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO

AG 0135950-1/040 MT
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
 AGTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DOS BUGRES - MT
 ADV. : MAYR GODOY E OUTROS
 AGDO : SEBASTIAO MARQUES DA SILVA E CONJUGES
 ADV. : HENRIQUE LUIZ MARQUES HERANE E OUTROS

AG 0135951-0/040 SP
 RELATOR : MIN. PAULO BROSSARD
 AGTE : IVES TRINDADE ABREU DA SILVA
 ADV. : MANOEL DA ROCHA MIRANDA FILHO
 AGDO : FRANCISCA GOMES DA SILVA TONHEZ
 ADV. : ANTONIO CARLOS DA PONTE E OUTROS

AG 0135956-1/040 RJ
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
 AGTE : HERBERT DE SOUZA COHN
 ADV. : PEDRO GERALDO DE SOUZA COHN
 AGDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ADV. : JESSE CLAUDIO FONTES DE ALENCAR E OUTROS

AG 0135962-5/040 DF
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
 AGTE : AUGUSTO DE OLIVEIRA SOUSA
 ADV. : ANA MARIA RIBAS MAGNO
 AGDO : COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
 NOVACAP
 ADV. : LUIZ PAULO FERREIRA

AG 0135963-3/040 DF
 RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES
 AGTE : BANCO CIDADE S/A
 ADV. : JOSE EUSTAQUIO GONCALVES DIAS
 AGDO : DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LATACTIZA LTDA
 ADV. : MARCIO WELLINGTON ALVES PEREIRA E OUTROS

AG 0135964-1/040 DF
 RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
 AGTE : LUIZ ANTONIO CABRAL
 ADV. : LUCILEA DE BRITO PEREIRA ZULIANE E OUTROS
 AGDO : EDAL ENGENHARIA LTDA
 ADV. : LUIZ ORLANDO MARINHO GURGEL E OUTROS

AG 0135974-9/040 RJ
 RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
 AGTE : VERA MARIA DE MEDEIROS ARROYO ROSA
 ADV. : LUCIANO ARARIPE TORRES E OUTROS
 AGDO : MARTHA D'ABREU PEREIRA DOS SANTOS
 ADV. : ANTONIO DOS SANTOS NUNES

AG 0135977-3/040 RS
 RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
 AGTE : RUBENS ANTONIO RHEINHEIMER
 ADV. : PAULO MAINBERG E OUTROS
 AGDO : PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
 ADV. : DANTE L. BUNG E OUTROS

AG 0136000-3/040 SP
 RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES
 AGTE : DIRCEU MORBIN E OUTRO
 ADV. : NILZA MORBIN
 AGDO : EDNA TOSETTI GALLARDI
 ADV. : WALTER CLAUDIO PIRES MARTINS E OUTRO

AG 0136001-1/040 PE
 RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
 AGTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LINOIA E OUTROS
 AGDO : VANESSA SILVEIRA FIALHO
 ADV. : EVERARDO CAVALCANTI GUERRA

AG 0136002-0/040 PE
 RELATOR : MIN. CELIO BORJA
 AGTE : BANCO CENTRAL DO BRASIL
 ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LINOIA E OUTROS
 AGDO : VERA LUCIA CALABRIA PARAISO
 ADV. : MARCO POLO SILVA DE CAMPOS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70804 - Brasília/DF
 Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
 Fax: (061) 225-2046
 CGC/MF: 00394494/0018-12

CEZAR BADO
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
 Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES
 Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 3.564,00	Cr\$ 1.782,00	Cr\$ 6.468,00	Cr\$ 3.564,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
 Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
 Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

AI-10958/90.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Refinações de Milho Brasil Ltda (Adv. Luiz Thome) e Agdo: Raimundo Wilson Amorim de Queiroz (Adv. Nivaldo P. de Godoy).

AI-10969/90.2 - TRT da 3a. Região. Agte: Maria da Conceição Alkmin (Adv. Silvío dos Santos Abreu) e Agda: Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

AI-10981/90.0 - TRT da 2a. Região. Agte: João Nestor de Oliveira (Adv. Alino da Costa Monteiro) e Agda: BORLEM S/A - Empreendimentos Industriais (Adv. Julio Eduardo Esteves Moscové).

AI-11261/90.5 - TRT da 8a. Região. Agte: Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Edna Ambrosio) e Agda: Arlete Veronica Loureiro Costa (Adv. Luiz Marchetti Filho).

AI-11277/90.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Viação Ferraz Ltda (Adv. Luiz Antonio Finatti) e Agdo: Ademir da Cruz.

AI-11288/90.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Ilda Antunes Campos (Adv. Wilson de Oliveira) e Agda: Confecções Savag Ltda.

AI-11299/90.3 - TRT da 2a. Região. Agte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Soelidarque Garcia O. Jarrouge) e Agdos: Francisco Leite Sobrinho e Outro (Adv. Devanir de Jesus Lavoretti).

AI-11311/90.4 - TRT da 3a. Região. Agte: Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais (Adv. Paulo Cesar de Miranda) e Agdo: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Juiz de Fora (Adv. José Torres das Neves).

AI-11323/90.2 - TRT da 2a. Região. Agte: Cícero Soares da Silva (Adv. Wilson de Oliveira) e Agda: Jau S/A - Construtora e Incorporadora.

AI-11336/90.7 - TRT da 2a. Região. Agte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Soelidarque Garcia O. Jarrouge) e Agdo: José Ferreira da Silva (Adv. Agenor Barreto Parente).

AI-11337/90.4 - TRT da 2a. Região. Agte: José Ferreira da Silva (Adv. Agenor Barreto Parente) e Agda: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC.

AI-11360/90.3 - TRT da 2a. Região. Agte: S/A White Martins (Adv. Luiz Fernando A. Robortella) e Agdo: Luiz Carlos de Oliveira (Adv. Rui José Soares).

AI-11447/90.3 - TRT da 1a. Região. Agte: União de Bancos Brasileiros S/A - UNIBANCO (Adv. Eonio Teixeira Campello) e Agdo: Renato Teixeira de Bragança (Adv. José Claudio P. da Costa).

RR-5353/89.1 - TRT da 2a. Região. Rcte: Antonio Magalhães de Sousa (Adv. Francisco Emilia S. Gomes) e Rcdto: Banco Bradesco S/A (Adv. José Roberto da Silva).

RR-17227/90.1 - TRT da 9a. Região. Rcte: Banco Bradesco S/A (Adv. Valquiria Amalia Ato) e Rcdto: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Paranavai (Adv. Dalva Dilmara Ribas).

RR-17331/90.5 - TRT da 9a. Região. Rcte: Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR (Adv. Marco Antonio Michna) e Rcdto: Nilson Santi (Adv. Gilberto Maria).

RR-17345/90.8 - TRT da 3a. Região. Rcte: Camões Bernardino Alfredo Fernandes (Adv. Zenaide Nogueira Dias) e Rcdto: Prefeitura Municipal de Santa Barbara (Adv. José Geraldo de Melo).

RR-17359/90.0 - TRT da 3a. Região. Rcte: Vise Empresa de Vigilância e Segurança Ltda (Adv. Ana M. Alves Lage) e Rcdto: Elísio Pereira da Silva (Adv. Maria Belisaria A. Rodrigues).

RR-17372/90.5 - TRT da 3a. Região. Rcte: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Adv. Marilha Rabelo Reis) e Rcdas: Maria Lucia Pinto e Outras (Adv. Claudia Mohallen).

RR-17385/90.1 - TRT da 3a. Região. Rcte: Município de Presidente Bernardes (Adv. Pedro Alexandrino Pena) e Rcdto: Joaquim Geraldo Ribeiro (Adv. Tacilio Benedito de Araujo).

RR-17440/90.6 - TRT da 1a. Região. Rcte: Banco Econômico S/A (Adv. Carlos E. Faria Gaspar) e Rcdas: Regina Celina Macedo Ribeiro e Outra (Adv. Mauro Cesar Vasquez).

RR-17456/90.3 - TRT da 12a. Região. Rcte: QNDREPSB Serviço de Guarda e Vigilância Ltda (Adv. Maria Cristina C. Peixoto Luna) e Rcdto: Ivandel dos Santos Waltrick (Adv. Divaldo Luiz de Amorim).

RR-17468/90.1 - TRT da 5a. Região. Rcte: Petróleo Brasileiro S/A - Petróbras/RPBA (Adv. Rubens Mario de Macedo) e Rcdto: Eleni de Jesus Franca (Adv. Ulisses Riedel de Resende).

RR-17480/90.9 - TRT da 15a. Região. Rcte: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Adv. Antonio Carlos A. de Barros) e Rcdos: Silvana Artiofi Schellini e Outros (Adv. Evelyn Rodrigues T. Bonini).

RR-17493/90.4 - TRT da 6a. Região. Rcte: Usina Pumaty S/A (Adv. Albino Queiroz de O. Junior) e Rcdto: Quitéria Maria da Silva (Adv. Eduardo Jorge Griz).

RR-17518/90.1 - TRT da 2a. Região. Rcte: Valter Zacchi (Adv. Marco Antonio Moro) e Rcdto: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Sonia Regina S. Schreiner).

AI-17517/90.1 - TRT da 2a. Região. Agte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv. Sonia Regina S. Schreiner) e Agdo: Valter Zacchi (Adv. Marco Antonio Moro).

RR-17530/90.8 - TRT da 6a. Região. Rcte: Usina Pumaty S/A (Adv. Albino Queiroz de O. Junior) e Rcdto: Maria do Socorro Paixão da Silva (Adv. Eduardo Jorge Griz).

RR-17840/90.7 - TRT da 1a. Região. Rcte: Banco da Bahia Investimento S/A (Adv. Henrique Claudio Maues) e Rcdto: Norma Suely da Silva (Adv. José Torres das Neves).

RR-17852/90.5 - TRT da 1a. Região. Rcte: Banco Econômico S/A (Adv. Carlos E. Faria Gaspar) e Rcdto: Adir Medeiros Guimarães (Adv. Mauro Cesar Vasquez).

RR-17865/90.0 - TRT da 4a. Região. Rcte: Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda - COTRIJUI (Adv. Alvaro da Costa Gandra) e Rcdto: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Ijuí (Adv. Saul de Mello Calvete).

RR-17877/90.8 - TRT da 4a. Região. Rcte: Banco Bradesco S/A (Adv. Rosângela Geyger) e Rcdto: Eva Elza Grando (Adv. José Torres das Neves).

RR-17889/90.5 - TRT da 4a. Região. Rctes: União de Bancos Brasileiros S/A - UNIBANCO e Outro (Adv. Evangelia Vassilion Beck) e Rcdto: Marlene Haetliger Scalon (Adv. Leonora Waihrich).

RR-17902/90.4 - TRT da 4a. Região. Rcte: Banco do Brasil S/A (Adv. Ademar Pedro Scherffler) e Rcdto: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ijuí - RS (Adv. José Torres das Neves).

Brasília, 14 de novembro de 1990.

MARIO DE A. M. PIMENTEL JUNIOR
Secretário da Turma

Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

Proc. TST-RC-29/89.5

REQUERENTE - JB - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.

Advogado - Dr. A. D. Meirelles Quintella

REQUERIDO - EXMO. SR. JUIZ CARLOS AUGUSTO TENÓRIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

JB - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, apresentou Reclamação Correicional contra ato praticado pelo Exmo. Sr. Juiz Carlos Augusto Tenório, nos autos do processo TRT-MS-331/89 pelos motivos a seguir: "O Terceiro Interessado, Gilson Noé da Cunha, ingressou com DOIS procedimentos judiciais contra a empresa, ora reclamante. O primeiro uma reclamação trabalhista e o segundo uma medida cautelar inominada que o autor chamou de "reclamação trabalhista visando uma MEDIDA LIMINAR". O primeiro procedimento foi distribuído à MM. 8ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, onde tomou o número 1137/89 e o segundo foi para a 16ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, sob o nº 1282/89 - DOCS. JUNTOS. Neste último em que era expressamente requerida "a concessão de uma medida liminar, em favor do reclamante, a fim de lhe garantir a sua REINTEGRAÇÃO...", o eminente Juiz-Presidente da MM. 16ª Junta de Conciliação e Julgamento despachou, in verbis: "J. Considerando que o conhecimento da medida cautelar pela reclamação não resultará em sua ineficácia, considerando que só em casos excepcionais a medida cautelar será concedida inaudita altera parte; considerando, ainda, que se procedente a reclamação todos os salários e benefícios serão assegurados ao reclamante, com os acréscimos dos juros e da correção monetária: nego a concessão da liminar de reintegração no emprego. Em pauta 16.06.89" (Doc. junto). Inconformado com a decisão do juizado de 1ª grau o reclamante ingressou perante o Egrégio Regional com um Mandado de Segurança, onde obteve a medida liminar de reintegração "que no 1º grau lhe fora negada - doc. junto." (omissis). "Como se vê, por expressa referência da parte, o Mandado de Segurança foi apresentado porque o reclamante DISCORDOU da decisão do 1º grau de jurisdição. Seu pleito como expresso na inicial, era de 'CONCESSÃO DE UMA MEDIDA LIMINAR EM FAVOR DO RECLAMANTE, A FIM DE LHE GARANTIR A SUA REINTEGRAÇÃO AOS QUADROS DA RECLAMADA...' (doc. junto). Negado o pleito HÁ PREVISÃO LEGAL DE RECURSO, o que, d.v. inibe e impede a apresentação de mandado de segurança, ex vi do artigo 5º, II da Lei 1533, de 1951. Assim, transparente como a água jorrando da fonte, a discordância do reclamante deveria manifestar-se através recurso e jamais pela proibida via do remédio excepcional do mandado de segurança. Houve, pois, manifesto desatendimento a 'boa ordem processual' inexistindo, in casu, recurso específico contra ato praticado pelo relator de Mandado de Segurança uma vez que os agravos regimentais estão com seu andamento sobrestado, como se vê da certidão ora oferecida. Por outro lado não pode a empresa estar sofrendo um constrangimento judicial, sem que haja recurso de que socorrer-se, especialmente porque além de ter sido irregularmente obtida a medida através proibido mandado, esteia-se a liminar em pressupostos falsos, inexistindo qualquer direito líquido e certo do empregado. Com efeito a cláusula convencional invocada como razão de pedir afeta apenas ao empregado 'QUE TENHA DIREITO A APOSENTADORIA INTEGRAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL' enquanto que o reclamante conta apenas com 29 ANOS DE TRABALHO e não tem 45 de idade - doc. junto. Assim porque o ato do Exmo. Juiz Relator do processo TRT/MS/331/89 (1ª Região), impetrado por Gilson Noé da Cunha, sendo apontado como autoridade coatora o Juiz Presidente da 16ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro - de deferimento de medida liminar constitui ato atentatório da boa ordem processual, tem V. Exa. na forma do artigo 22,

II, do R. I., competência para cassar o r. despacho e determinar seja arquivado o malsinado mandado de segurança, por incabível na espécie." As fls. 36/38 o Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, na época, solicitou as informações necessárias à autoridade requerida e deferiu a liminar pleiteada ao seguinte fundamento: "Verifica-se que, mediante variação de via, o referido Autor logrou o que não conseguira perante a Décima Sexta Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro, surgindo a possibilidade de vir à baila sentenças definitivas conflitantes, isto sem atentarmos para a existência de decisão (a da Décima Sexta Junta) e despacho (o do Relator do mandado de segurança) antagônicos. Frise-se, também, que a prevalecer o ato atacado mediante a presente correição, o Requerente estará compelido a proceder à reintegração, muito embora pendente de julgamento em demanda própria." Insatisfeito com esta decisão Gilson Noé da Cunha, terceiro interessado, interps agra vo regimental salientando que o Corregedor-Geral não disporia de competência para cassar liminares em Mandados de Segurança. A 6ª. Seção Especializada em Dissídios Individuais, entretanto, negou-lhe provimento. As fls. 68/69 constam as seguintes informações enviadas pela Autoridade-Requerida: "1 - GILSON NOÉ DA CUNHA impetrou mandado de segurança contra ato do Exmo. Sr. Juiz Presidente da 16ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro intitulando de violador a seu direito líquido e certo o indeferimento de liminar de reintegração ao serviço, sob o argumento de que detinha a condição de estável. 2 - A vista da informação dos autos, verificou este Juiz, na qualidade de relator do processo, que o impetrante havia sido dispensado sem justa causa (fls. 11) e que em razão de decisão normativa reguladora das relações de trabalho de sua categoria, portava estabilidade provisória, eis que, pelo seu tempo de serviço, como informado pela Previdência Social (doc. fls. 9), faltava-lhe apenas um ano para a sua aposentadoria. 3 - Inobstante, a liquidez e certeza do direito, as circunstâncias do caso revelam que o impetrante, pessoa de meia idade inclusive em vias de aposentar, teria que aguardar o processamento ordinário da reclamação trabalhista, inevitavelmente moroso, ante o acentuado número de feitos, ficando durante este período, privado da percepção de seus salários, com o qual promove a sua subsistência e a de sua família. 4 - Evidentemente, a característica alimentar do salário é incompatível com a demora do julgamento de demanda que envolva a suspensão de seu pagamento, em virtude de ato praticado pelo empregador, usando indevidamente o seu poder de demitir o empregado, hoje reduzido, em face do que dispõe o novo ordenamento constitucional. 5 - Desta forma, cremos, S.M.J., que a hipótese comporta a Medida Cautelar, nos exatos termos do artigo 789 do CPC, pois há fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação. 6 - Vislumbrando-se o PERICULUM IN MORA, - uma das condições materiais da medida cautelar, culminamos por deferir a liminar no mandado de segurança".

E o relatório.

I - Embora o despacho contra o qual se requer Correição Parcial seja datado de 30.06.89, não há evidência, nos autos, a respeito da sua publicação (fls. 30) e a 27.07.89 ele ainda não havia sido cumprido, conforme se deduz do despacho de fls. 24. Assim, entendendo tempestiva a Correição Parcial e regular a representação judicial, pelo que dela conheço.

II - Contra despacho concedendo liminar em Mandado de Segurança cabe agravo regimental, a teor do que prevê o Regimento Interno do Primeiro Regional. Por outro lado, preceitua o art. 709, inciso II da Consolidação das Leis do Trabalho, que "competem ao Corregedor, II - decidir reclamações contra atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes, quando inexistir recurso específico." In casu, existe recurso específico contra o despacho atacado, previsto no Regimento Interno do TRT da 1ª Região. Logo, descabe a Correição Parcial requerida, já que está sendo usada como sucedâneo do recurso existente.

III - Em face do exposto, NÃO CONHEÇO DA RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA POR JB - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. CONTRA O EXMO. SR. JUIZ RELATOR DO PROCESSO TRT-MS-331/89, POR SER INCABÍVEL NA ESPÉCIE, JÁ QUE CABÍVEL, EM SEU LUGAR, RECURSO PREVISTO NO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, DECLARANDO, EM CONSEQUÊNCIA, A INEFICÁCIA DA LIMINAR CONCEDIDA NESTE PROCESSO.

IV - Publique-se, intime-se e remeta-se cópia do inteiro teor desta decisão à autoridade reclamada.

Brasília, 12 de novembro de 1990

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATOS DE 13 DE NOVEMBRO DE 1990

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 332/90, de 09 NOV 90, da Auditoria de Correição, resolve

Nº 9.085 - DESIGNAR a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI.34, MARIA VERA LÚCIA MENDES DE ARAÚJO, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de José Francisco da Silva, o encargo de Supervisor III, da Seção de Administração da Auditoria de Correição, previsto no Ato nº 7.990/87. Em consequência, fica DISPENSADA do encargo de Operador de Terminal que exerce na mesma Auditoria.

Nº 9.086 - DESIGNAR a Auxiliar Judiciária, classe Especial, referência NI.32, OSVALDINA JOSE DA SILVA, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de Maria Vera Lúcia Mendes de Araújo, o encargo de Operador de Terminal da Auditoria de Correição, previsto no Ato nº 7.990/87.

ALTE ESQ RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

ATOS DE 14 DE NOVEMBRO DE 1990

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, resolve

Nº 9.087 - DESIGNAR, fazendo jus as vantagens previstas em lei, o Juiz-Auditor Substituto ANTONIO MONTEIRO SEIXAS, da Auditoria da 5ª CJM, para assumir o exercício pleno do cargo na Auditoria da 7ª CJM, no período de 20 NOV a 19 DEZ 90, em virtude de concessão de férias ao Titular e à Juíza-Auditora Substituta.

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XLII, do Regimento Interno, e tendo em vista a Decisão do Plenário, tomada em Sessão de 13 NOV 90, de acordo com o artigo 96, inciso I, letra "c", da Constituição Federal, c/c o artigo 30, do Decreto-Lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969, resolve

Nº 9.090 - PROMOVER, por merecimento, o Doutor JOÃO ALFREDO VIEIRA PORTELA, Juiz-Auditor Substituto da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM, para exercer o cargo de Juiz-Auditor da Auditoria da 6ª CJM, em vaga decorrente da aposentadoria do Juiz-Auditor José Paulo Paiva.

ALTE ESQ RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 78ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 12 DE NOVEMBRO DE 1990 - SEGUNDA-FEIRA PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE DE ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR MILTON MENEZES DA COSTA FILHO SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTO'S DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima e Eduardo Pires Gonçalves.

Não compareceram os Ministros Jorge José de Carvalho e Antonio Carlos de Nogueira.

As 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- HABEAS-CORPUS 32.684-7 - Amazonas. Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. PACIENTE: CARLOS FERNANDO DOMINGOS DA SILVA, preso, cumprindo pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede liminarmente a concessão da ordem para que possa ser posto em liberdade até o julgamento da Apelação. Impetrante: Dr João Thomas Luhsinger. POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido para, confirmando a liminar concedida, possa o Paciente aguardar em liberdade o julgamento da Apelação.

- REVISÃO CRIMINAL 1.232-6 - São Paulo. Relator Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. Revisor Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. REQUERENTE: NILTON MONTEIRO DE SOUZA, Cap Ex, solicita Revisão do Acórdão deste Tribunal, de 09 de dezembro de 1987, proferido nos autos da Apelação nº 44.888-8. Adv. Drs Sergio Lioi e Alexandre Lobão Rocha. POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, conheceu do pedido para, NO MÉRITO, julgá-lo improcedente. Os Ministros REVISOR, HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, EVERALDO DE OLIVEIRA REIS, CHERUBIM ROSA FILHO e WILBERTO LUIZ LIMA votavam pela inadmissibilidade do pedido. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALLANTI e GEORGE BELHAM DA MOTTA absolviam o requerente, ex vi do artigo 439, letra "e", do CPPM. O Ministro REVISOR fará voto vencido quanto à preliminar. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA apresentará declaração de voto vencido, quanto ao mérito. (Usaram da palavra o Adv Dr Alexandre Lobão Rocha e o Procurador-Geral, Dr Milton Menezes da Costa Filho, na conformidade do artigo 76 do RI). (PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALDO FAGUNDES, VICE-PRESIDENTE, NA AUSÊNCIA OCASIONAL DO PRESIDENTE).

- APELAÇÃO 46.182-5 - Rio de Janeiro. Relator Ministro Paulo César Cataldo. Revisor Ministro Everaldo de Oliveira Reis. APELANTE: DARLAN SOARES DA ROCHA, MN, condenado a um ano de reclusão, incurso no artigo 290 do CPM, com o benefício do sursis pelo prazo de dois anos. APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 18 de julho de 1990. Adv. Drª Carmen Lúcia A. de Montesinos. POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida.

A Sessão foi encerrada às 18:50 horas.

Processos em mesa:

Representação 1.063-3(AF)Aud 6ª proc 3/88-2 Advª Ronilda Noblat
 Apelação 46.075-6(GB/AF)2ªMar proc 11/87-6 Adv Edgar L.Nogueira
 Apelação 46.156-8(JS/EG)2ªMar proc 517/90-7 Advªs Eliane O.L.Freire
 Embargos 45.761-9(RA/PC)1ª/3ª proc 20/88-0 Advª Nadja M.G.Rodrigues
 Apelação 45.925-3(RA/PC)2ªMar proc 504/89-9Advªs Eliane O.L.Freire e outra
 Apelação 46.040-3(PC/HE)Aud 9ª proc 3/89-0 Adv Carlos G. Gonzalez
 Apelação 46.059-4(RA/AF)1ªEx proc 26/88-0 Advª Clarice N. Costa
 Cor Parcial 1.387-7(ER)1ª/3ª proc 6/89-6 Advª Nadja M.G.Rodrigues
 Apelação 45.958-0(RA/ST)2ªMar proc 514/83-5 Advª Tania S.Nascimento e outra
 Apelação 45.991-0(RA/AF)1ªEx proc 518/89-0 Advª Lucia M.Lobo e outra

Aguardando decurso de prazo:

Apelação 46.100-0(JC/AN)Aud 5ª proc 02/90-5 Advªs Edgar L.Santos/outra
 Apelação 46.108-6(LL/ST)2ªAer proc 01/90-7 Advªs Josemar L.Santana/outras
 Apelação 46.127-2(JC/EG)1ªEx proc 04/90-8 Advªs Eleonora S.C.Borges/outra
 Apelação 46.189-2(ST/HE)1ª/2ª proc 09/90-4 Advªs Ariosvaldo G.C.Homen e outros
 Apelação 46.165-7(ER/AN)2ªMar proc 513/90-1 Advª Tania S.Nascimento
 Apelação 46.024-3(RA/ST)Aud 11ª proc 518/90-1 Advª Elizabeth D.M.Souto
 Apelação 46.037-5(RA/PC)Aud 6ª proc 503/90-2 Adv Sergio Habib
 Apelação 46.062-4(ER/AN)2ªMar proc 6/89-9 Advªs Eliane O.L.Freire/outra
 Apelação 46.208-4(HE/ST)2ªEx proc 504/90-9 Advª Teresa S. Moreira
 Embargos 45.812-9(JS/AN)2ª/2ª proc 510/90-0 Adv Paulo R. Godoy
 Apelação 46.117-7(HE/EG)1ªMar proc 502/90-1 Advª Adelcy M.R.S.Corrêa
 Apelação 46.192-4(WL/PC)Aud 9ª proc 511/90-0 Adv Jorge A. Siufi

Aguardando publicação:

Apelação 45.961-0((RA/ST)2ªMar proc 543/89-4 Advªs Carlos R. Ferreira e outro
 Apelação 46.052-9(RA/PC)3ª/3ª proc 510/90-6 Adv Airton F.Rodrigues
 Apelação 46.111-6(LL/EG)1ª/3ª proc 13/88-4 Advªs Marcos S.Reis e outro

SUELY MATTOS DE ALENCAR
 Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 151 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

- APELAÇÃO nº 46.088-0 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti.
 Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha.
 - APELAÇÃO nº 46.148-7 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti.
 Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advª Drª Clarice do Nascimento Costa.
 - EMBARGOS nº 45.765-1 - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor
 Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Adv Dr Ivan Peixoto da Silva.
 - PETIÇÃO nº 424-2 - Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advª
 Drª Sueli Pereira Ferreira.
 - REPRESENTAÇÃO nº 1.065-0 - Relator Ministro Paulo César Cataldo.

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DO INTERESSADO HABEAS CORPUS Nº 32.682-0/RS

Paciente : SELMO CRIVOCHIN, Ten. Cel. Ex.
 Impetrante: Dr. Pedro Jerre Greca Mesquita

DESPACHO

"O ilustre Advogado Doutor Pedro Jerre Greca Mesquita-regularmente constituído nos autos (fls. 31)-, impetrou ordem de habeas corpus em favor do Ten Cel Ex SELMO CRIVOCHIN objetivando fosse o Paciente excluído de Ação Penal instaurada perante a 2ª Auditoria da 3ª CJM, sob alegativa de faltar justa causa à relação processual.

Impetração instruída com os documentos de fls. 32 usque 73.

Devidamente processado o writ nesta Corte, denegou-se a outorga de medida liminar requestada em caráter preferencial (fls. 107/108).

Quando já em ordem para ser submetido a Plenário, veio o Paciente - em petição por ele próprio subscrita - de manifestar DESISTÊNCIA do Pedido (fls. 128).

Além do Advogado a quem outorgado especial poder, também o Paciente detém legitimidade para desistir do pedido de habeas corpus, eis que a ele expressamente permitido se opor (CPPM, art. 470, § 1º).

Ex positis,

HOMOLOGO o pedido de DESISTÊNCIA manifestado pelo Ten Cel Ex SELMO CRIVOCHIN, a teor do permissivo regimental que define essa atribuição ao Relator (Art. 18, Inciso IV).

Devolva-se ao Paciente, contra-recibo, a documentação de fls. 32 usque 73 dos autos.

P.R.C.

A DIJUR, para providenciar.

Brasília, 13 de novembro de 1990.

MINISTRO PAULO CESAR CATALDO
 Relator

PUBLICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DO INTERESSADO

HABEAS CORPUS Nº 32.685-5/AM

Paciente : RONALD VASCONCELOS DA ROCHA, civil
 Impetrante: Dr. Marcos Antonio Martins Afonso

DESPACHO

"Alega o Impetrante que o Paciente encontra-se preso, cumprindo pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Juízo, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que possa ser posto em liberdade até o julgamento da Apelação.

Recebidos os autos, determinei diligências, junto ao Juízo da 12ª CJM, para que fosse remetido a este Relator cópia da Sentença condenatória e demais documentos que ensejaram a condenação e consequente recolhimento do Civil RONALD VASCONCELOS DA ROCHA à prisão (fls. 05).

Em resposta às diligências, vieram aos autos cópias das seguintes peças do processo principal:

- Denúncia (fls. 14/17);
- Sentença (fls. 18/60);
- Ata da Sessão de Julgamento (fls. 61/67); e
- Mandado de Prisão, onde se constata o recolhimento do Paciente, no dia 15/10/90 (fls. 69).

Consta da sentença que o ora Paciente foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, por maioria de votos (4x1), à pena de 03 anos e 10 dias de reclusão, como incurso no art. 251 e § 3º, c/c o art. 73, do CPM (aplicada a pena de 2 anos e 4 meses, que foi aumentada de um terço). Por 4 votos a 1, foi-lhe negado o direito de apelar em liberdade. O Presidente do Conselho, que foi voto vencido, em parte, aplicava a RONALD a pena de 1 ano e 8 meses (inicialmente a pena de 3 anos e 6 meses, aumentada de um terço). O Juiz-Auditor, também em parte vencido, concedia a RONALD o direito de apelar em liberdade.

Isto Posto,

Passo a decidir.

A Sentença de fls. 18/60, ao negar ao ora Paciente o direito de apelar em liberdade, não o fez motivadamente. Simplesmente afirmou: "... Por 04 votos a 01, foi-lhe negado direito de apelar em liberdade. ...".

Estabelece o artigo 527, do CPPM, IN VERBIS:

"Art. 527 - O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se primário e de bons antecedentes, reconhecidas tais circunstâncias na sentença condenatória."

In casu, a Sentença em seu item 6.13.5, reconhece expressamente a primariedade, afirmando, em relação aos antecedentes, que os mesmos "... não devem ser maus ...".

Assim sendo, reconhecida a primariedade e os bons antecedentes do ora Paciente, requisitos objetivos previstos no art. 527, do CPPM, para que o réu possa recorrer em liberdade, tenho como presente o "FUMUS BONI JURIS".

Ante o exposto, decido:

1. Conceder liminarmente a Ordem, para que o Paciente seja imediatamente posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso e, nesta situação, aguardar o julgamento da Apelação.

2. Nos termos dos artigos 472, § 3º, do CPPM e 97, do Regimento Interno desta Corte, reabra-se vista à d. Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

3. Após, voltem conclusos."

Brasília, 13 de novembro de 1990.

ALTE.ESQ. ROBERTO ANDERSON CAVALCANTI
 Ministro-Relator

Ministério Público da União

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação processual - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres

Guia de remessa nº 172/90

DISSÍDIO COLETIVO

Proc:- 457/90-A

Suscitante

Parecer 196/90

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes, Derivados e do Frio no Estado de São Paulo

Suscitado

Sindicato das Indústrias do Frio no Estado de São Paulo e Sindicato das Indústrias de carnes e derivados no Estado de São Paulo

Advogado

Antonio Fakhany Junior

AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc:- 02900105034 Parecer 463/90 (III vols)
Agravante Cesar Sasson
Advogado Antonio Carlos Vianna de Barros
Agravado Comind Participações S/A
Advogado Faissal Ahmad Kharm
Proc:- 02900107053 Parecer 489/90 (II vols)
Agravante Comind Participações S/A
Advogado Maria Vilma Alves da Silva Hirata
Agravado Remo Fasolo
Advogado Jurandyr Moraes Tourices
Proc:- 02900149856 Parecer 490/90
Agravante Gold Invest Industria Comercio Ouro S/A
Advogado Solange Maria Vilaca Louzada
Agravado Eloa Helena da Silva
Advogado Paulo Aparecido da Silva Guedes
Proc:- 02900142193 Parecer 502/90
Agravante Comind Participações S/A
Advogado Nelson Esteves Sampaio
Agravado Roberto da Silva Junior
Advogado Isabel Cristina dos Santos
Proc:- 02900150110 Parecer 491/90
Agravante Comind Participações S/A
Advogado Nelson Esteves Sampaio
Agravado Joao Batista Martins
Advogado Marcus Tomaz de Aquino
Proc:- 02900168648 Parecer 849/90 (II vols)
Agravante Hugo Jacobo Burgoa Huanca
Advogado Carlos Pereira Custodio
Agravado Playcenter Empreendimentos Comercio Ltda
Advogado Cassio Mesquita Barros Jr
Proc:- 02900168672 Parecer 850/90 (II vols, docs)
Agravante Associação Itaquerense de Ensino
Advogado Nelson FF Ventura Seco
Agravado Maria da Gloria Morato Lapena Quaranta
Advogado Antonio Manoel Leite
Proc:- 02900169431 Parecer 853/90
Agravante Empresa de Taxi Piratininga Ltda
Advogado Milton Francisco Tedesco
Agravado Ibiapino Rodrigues dos Santos
Advogado Luiz Roberto Tacito

Proc:- 02900181008 Parecer 504/90
Agravante Comind Participações S/A
Advogado Faissal Ahmad Kharm
Agravado Adauto Maiochi
Advogado Jurandyr Moraes Tourices
Proc:- 02900180915 Parecer 503/90 (II vols)
Agravante Eldorado S/A Com Ind e Importação
Advogado Ruitier Bezerra Filho
Agravado Jose Carlos dos Santos
Advogado Mariangela Marques

Proc:- 02900187308 Parecer 366/90 (II vols)
Agravante Albertino Marcelino Filho
Advogado Maria Aparecida Ferracin
Agravado Protege Proteção Transp Valores S/C Ltda
Advogado Vera Lucia Borges Braga
Proc:- 02900192212 Parecer 493/90
Agravante Comind Participações S/A
Advogado Maria Vilma Alves da Silva Hirata
Agravado Sandra Maria de O Boniciello
Advogado Jurandyr Moraes Tourices
Proc:- 02900192379 Parecer 494/90
Agravante Betumarc S/A Engenharia
Advogado Omar de Almeida
Agravado Roberto Laurindo dos Santos
Advogado Iolanda Ferreira Juliao
Proc:- 02900208968 Parecer 505/90
Agravante Cia Municipal de Transportes Coletivos
Advogado Adilson Antonio da Silva
Agravado Francisco de Carvalho
Advogado Omi Arruda Figueiredo Jr

RECURSO ORDINÁRIO

Proc:- 02890130449 Parecer 425/90 (II vols)
1.Recorrente Agostinho Rubino Rossafa
Advogado Garcia Neves de Moraes Forjaz Neto
2.Recorrente Malharía ARP S/A
Advogado Octavio Acacio Rosa
Proc:- 02900020454 Parecer 436/90
Recorrente Irmaos Negrini & Cia Ltda
Advogado Walkiria Galera
Recorrido Jucelino Santos Rodrigues
Advogado Benedito Liberio Bergamo
Proc:- 02900020462 Parecer 437/90
Recorrente Mercurio Alimentos Ltda
Advogado Ana Maria Pontes
Recorrido Egnaldo Moreno dos Santos Silva
Advogado Tsuyoki Mori
Proc:- 02900020470 Parecer 438/90
Recorrente Talcorp Industria e Comercio Ltda
Advogado Tania Garisio Sartori Mocarzel
Recorrido Eduardo Correa da Fonseca
Advogado Guilherme Feniman Neto
Proc:- 02900020489 Parecer 439/90
Recorrente Serviços Automotivos Cardoso Melo Ltda
Advogado Pedro Mori
Recorrido Espedito Antonio da Silva
Advogado Damaris Silveira Fernandez Dias
Proc:- 02900020500 Parecer 440/90 (II vols)
1.Recorrente Banco do Estado de Mato Grosso S/A
Advogado Marcia Regina Santana Duarte
2.Recorrente Marcos Roberto Zapparoli
Advogado Joao Jose Sady

Proc:- 02900020551 Parecer 442/90
Recorrente Empreiteira Manaca S/C Ltda
Advogado Marli Silva G Robba
Recorrido Vicente dos Santos Silva
Advogado Antonio da Silva Cruz
Proc:- 02900020578 Parecer 443/90
Recorrente Jorge Lelio Goes de Lima
Advogado Maria Valeria A Leite do Amaral
Recorrido Golgate Palmolive Ltda
Advogado Francisco A L R Cucchi
Proc:- 02900020586 Parecer 444/90
Recorrente Macel Mac de Obra Construções S/C Ltda
Advogado Jose Juvencio da Silva
Recorrido Francisco Cleide de Lima Duarte
Advogado Glauber Sergio de Oliveira
Proc:- 02900020594 Parecer 445/90
Recorrente Margareth Silva Aparecido
Advogado Afonso Nemesio Viana
Recorrido Zorba Textil S/A
Advogado Jose Vanderlei Kemp
Proc:- 02900020608 Parecer 446/90
1.Recorrente Miraci da Silva
Advogado Arthur Vallerini
2.Recorrente Coqueiros Com e Ind de Roupas Ltda
Advogado Jerson de Meneses
Proc:- 02900020616 Parecer 447/90
Recorrente Jose Pinto Fernandes
Advogado Marcos Aurelio da Costa Milani
Recorrido Cia Siderurgica Paulista Cosipa
Advogado Carlos Alberto Costa
Proc:- 02900020624 Parecer 448/90
1.Recorrente Transbracal Prestação Servs Ind Com Ltda
Advogado Edina Aparecida Perin Tavares
2.Recorrente Juarez Xavier dos Santos
Advogado Joao Waldemar Carneiro Filho
Proc:- 02900020632 Parecer 449/90
Recorrente Reprin Ind Comercio e Manutenção Ltda
Advogado Alipio Henrique de Souza Netto
Recorrido Lauro de Souza Barreto
Advogado Vitalino Simoes Duarte
Proc:- 02900020640 Parecer 390/90
Recorrente Gilmar Mota do Nascimento
Advogado Jose Giacomini
Recorrido Empresa de Segurança Bancaria Sevig Ltda
Advogado Dejair de Souza
Proc:- 02900020659 Parecer 450/90
Recorrente Enesa Engenharia S/A
Advogado Renato Mehanna Khaww
Recorrido Marco Antonio Rodrigues
Advogado Maria do Carmo Monteiro
Proc:- 02900020667 Parecer 451/90
Recorrente Rowlands Construções e Montagens Ltda
Advogado Sandra Mara Pereira Diniz
Recorrido Edison Leandro
Advogado Jose Giacomini
Proc:- 02900020675 Parecer 452/90
Recorrente Protamp Mac de Obra Temporaria Ltda
Advogado Edson Moreno Lucillo
Recorrido Boaventura da Cruz Araujo
Advogado Jose Carlos de M Bomfim
Proc:- 02900020683 Parecer 453/90
Recorrente Dextra Serviços de Manutenção S/A
Advogado Jose Stalin Wojtowicz
Recorrido Josiro Biriba dos Santos
Advogado Joel Iglesias
Proc:- 02900020691 Parecer 454/90
Recorrente Construtora Mendes Jr S/A
Advogado Solange Ribeiro Ferreira
Recorrido Donizete de Jesus Santos
Advogado Carlos Simoes Louro Jr
Proc:- 02900020705 Parecer 455/90
1.Recorrente Joao Silvano da Silva
Advogado Lizete Coelho Simionato
2.Recorrente Protcon Manutenção de Imóveis Ltda
Advogado Djalma Romagnani
Proc:- 02900243135 Parecer (REQUISITADO)
Recorrente Jose Mario Cimini - outros 2
Advogado Adalberto Turini
Recorrido Fazenda do Estado de Sao Paulo
Advogado Joao Saraiva Lima

Parecer 442/90
Empreiteira Manaca S/C Ltda
Marli Silva G Robba
Vicente dos Santos Silva
Antonio da Silva Cruz
Parecer 443/90
Jorge Lelio Goes de Lima
Maria Valeria A Leite do Amaral
Golgate Palmolive Ltda
Francisco A L R Cucchi
Parecer 444/90
Macel Mac de Obra Construções S/C Ltda
Jose Juvencio da Silva
Francisco Cleide de Lima Duarte
Glauber Sergio de Oliveira
Parecer 445/90
Margareth Silva Aparecido
Afonso Nemesio Viana
Zorba Textil S/A
Jose Vanderlei Kemp
Parecer 446/90
Miraci da Silva
Arthur Vallerini
Coqueiros Com e Ind de Roupas Ltda
Jerson de Meneses
Parecer 447/90
Jose Pinto Fernandes
Marcos Aurelio da Costa Milani
Cia Siderurgica Paulista Cosipa
Carlos Alberto Costa
Parecer 448/90
Transbracal Prestação Servs Ind Com Ltda
Edina Aparecida Perin Tavares
Juarez Xavier dos Santos
Joao Waldemar Carneiro Filho
Parecer 449/90
Reprin Ind Comercio e Manutenção Ltda
Alipio Henrique de Souza Netto
Lauro de Souza Barreto
Vitalino Simoes Duarte
Parecer 390/90
Gilmar Mota do Nascimento
Jose Giacomini
Empresa de Segurança Bancaria Sevig Ltda
Dejair de Souza
Parecer 450/90
Enesa Engenharia S/A
Renato Mehanna Khaww
Marco Antonio Rodrigues
Maria do Carmo Monteiro
Parecer 451/90
Rowlands Construções e Montagens Ltda
Sandra Mara Pereira Diniz

Edison Leandro
Jose Giacomini
Parecer 452/90
Protamp Mac de Obra Temporaria Ltda
Edson Moreno Lucillo
Boaventura da Cruz Araujo
Jose Carlos de M Bomfim
Parecer 453/90
Dextra Serviços de Manutenção S/A
Jose Stalin Wojtowicz
Josiro Biriba dos Santos
Joel Iglesias
Parecer 454/90
Construtora Mendes Jr S/A
Solange Ribeiro Ferreira
Donizete de Jesus Santos
Carlos Simoes Louro Jr
Parecer 455/90
Joao Silvano da Silva
Lizete Coelho Simionato
Protcon Manutenção de Imóveis Ltda
Djalma Romagnani
Parecer (REQUISITADO)
Jose Mario Cimini - outros 2
Adalberto Turini
Fazenda do Estado de Sao Paulo
Joao Saraiva Lima

São Paulo, 09 de novembro de 1.990

NELSON NAZAR
Procurador Regional

Complete sua coleção

Adquirar volumes avulsos das revistas editadas pela Imprensa Nacional

- Coleção das Leis da República Federativa do Brasil 1950 a 1988
- Ementário de Jurisprudência do TFR 1979 a 1987
- Jurisprudência Trabalhista do TST 1981 a 1987
- Revista do Tribunal Federal de Recursos 1974 a 1988
- Revista Trimestral de Jurisprudência do STF 1957 a 1988